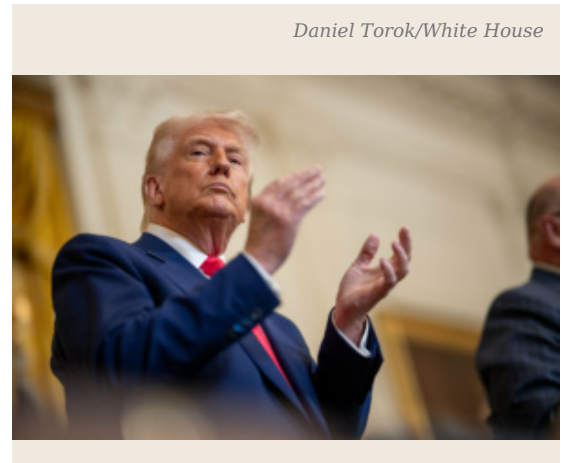


Tarifas, soberania e reciprocidade

16/07/2025

A nova tarifa de 50% imposta por Donald Trump sobre produtos brasileiros vai muito além da economia. É uma manobra que interfere diretamente na política interna do Brasil e acende alertas sobre o futuro das relações comerciais entre os dois países. Ao transformar comércio em palco de disputa política, o ex-presidente americano mira mais do que o superávit brasileiro — mira o coração institucional do país.

Setores estratégicos da economia nacional estão sob pressão. O agronegócio e a cadeia de petróleo, dois pilares das exportações brasileiras, devem ser os mais afetados com a nova tarifa de 50%. No caso do petróleo, os efeitos tendem a ser sentidos rapidamente. Já o agronegócio, com destaque para carnes, café e celulose, pode enfrentar perda de competitividade, acúmulo de produtos no mercado interno e pressão sobre os preços. A indústria do aço, que já sofre com tarifas elevadas, volta ao centro das atenções como símbolo das tensões comerciais recorrentes com os EUA. As consequências são imediatas: queda na confiança dos mercados, aumento da percepção de risco, valorização do dólar e maior volatilidade nos ativos brasileiros.



No plano interno, produtos que deixarem de ser exportados podem se acumular no mercado doméstico, reduzindo seus preços e aliviando temporariamente a inflação. Mas esse alívio vem com efeitos colaterais: queda na arrecadação, impacto no PIB e encarecimento de insumos importados, como fertilizantes e defensivos agrícolas.

A médio e longo prazo, os danos são mais estruturais. Empresas brasileiras podem perder espaço em cadeias globais de valor, sendo forçadas a rever estratégias e rotas de exportação. Nesse cenário, a resposta do governo brasileiro ganha peso central, e a primeira reação veio com sobriedade.

A nota oficial divulgada pelo governo acerta no tom. Reforça a autonomia das instituições nacionais, desmonta a narrativa de desequilíbrio comercial com dados e aponta que o Brasil está pronto para reagir, mas dentro das regras do jogo. O destaque fica para a menção à recém-aprovada Lei da Reciprocidade Econômica, que permite ao país retaliar medidas como essa com mais agilidade.

A tendência é que o Brasil escolha um caminho estratégico: mirar setores sensíveis ao eleitorado de Trump. O agronegócio do Meio-Oeste americano, indústrias automobilísticas e o setor de tecnologia formam um tripé vulnerável. Uma retaliação cirúrgica sobre esses segmentos ampliaria o custo político da tarifa, gerando pressão doméstica sobre o presidente

americano e transformando o embate comercial em uma questão de instabilidade interna nos Estados Unidos.

Uma pergunta fica no ar

Mais grave que a tarifa, no entanto, foram as palavras. Ao criticar o Supremo Tribunal Federal, Trump interfere diretamente em questões institucionais domésticas do Brasil. O gesto, interpretado como afronta à soberania nacional, eleva a temperatura política e fortalece o discurso de que a tarifa é, na verdade, um ataque político disfarçado de medida econômica.

Há, porém, um possível efeito colateral positivo. A medida pode acelerar a diversificação de mercados brasileiros, fortalecendo laços com parceiros como China, União Europeia e países africanos. Também pode estimular rearranjos nas cadeias produtivas e uma reavaliação da dependência comercial dos EUA.

Trump aposta em seu estilo característico: ameaças contundentes, prazos curtos e uso de tarifas como arma de pressão. Ao misturar política interna brasileira com comércio bilateral, ele cria um ambiente de embate em que o Brasil precisa jogar sob regras assimétricas, mas ainda assim com estratégia e soberania.

No meio desse embate, sobra para o Brasil, as relações com os Estados Unidos se desgastam, a polarização interna se intensifica e fica no ar uma pergunta incômoda: onde termina o comércio e começa a interferência?

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2025-jul-16/tarifas-soberania-e-reciprocidade/>

Spacca



opinião